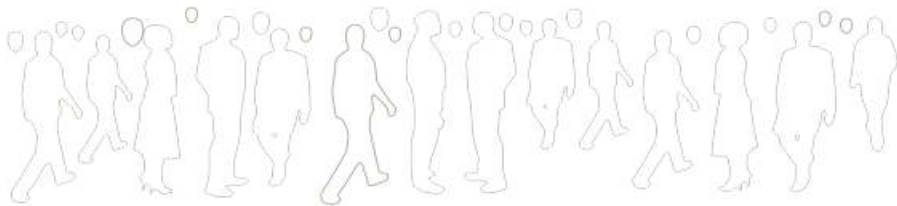


Práticas em Psicologia e Políticas Públicas



O Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional em Governador Valadares – Minas Gerais



Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas (CREPOP)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Brasília, 2009

Plenário responsável pela publicação
Conselho Federal de Psicologia - XIV Plenário
Gestão 2008 – 2010

Diretoria

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

Conselheiros efetivos

Elisa Zaneratto Rosa
Secretária Região Sudeste
Maria Christina Barbosa Veras
Secretária Região Nordeste
Deise Maria do Nascimento
Secretária Região Sul
Iolete Ribeiro da Silva
Secretária Região Norte
Alexandra Ayach Anache
Secretária Região Centro-Oeste

Conselheiros suplentes

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Psicólogos convidados
Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

Psicólogos convidados

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

O PROGRAMA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL EM GOVERNADOR VALADARES – MINAS GERAIS

*Gisele de Oliveira Assis
Psicóloga - Pós-graduada em Psicanálise e Saúde Mental
Técnica social do Programa de Reintegração Social do Egresso*

Este texto tem como objetivo descrever as ações desenvolvidas por mim e pela equipe técnica do **Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional** (PrEsp). Atuo nesse programa como psicóloga há quatro anos e meu contrato é de técnica social. Esse programa é desenvolvido dentro do Núcleo de Prevenção à Criminalidade da cidade de Governador Valadares¹.

Breve histórico da cidade

¹ Em pesquisa recente realizada pela ONU juntamente com órgãos nacionais, a cidade de Governador Valadares foi apontada como a segunda cidade no País em número de crimes violentos entre jovens. Inúmeros fatores contribuem para essa situação, inclusive o histórico da cidade, que é marcado por disputas entre grupos poderosos (Fonte: Jornal *Folha de S.Paulo*, 17 de agosto de 2009).

Em 13 de maio de 1808, Dom. João VI cria as sete capitânias em Minas Gerais, para a extração de ouro e de diamantes. Assim, pequenos núcleos de cidades foram sendo criados no entorno dos quartéis. Governador Valadares ficava na região do Sertão do Rio Doce, que era conhecida oficialmente como Porto de Dom Manoel, sendo chamada popularmente de Porto das Figueiras. Essa região era povoada originalmente pelos índios Botocudos².

Por ordem de Dom Pedro, os comandantes dos batalhões ganhariam gratificações pela quantidade de índios que matassem, dando início a um processo de extermínio dos índios e um incentivo maciço para que pessoas de todas as partes do País viessem para Governador Valadares e região. A partir de 1822 entram também em cena os frades, que vieram catequizar, usando farinha e arroz como atrativos e realizando um genocídio cultural.

A cidade foi se “desenvolvendo”, principalmente com a construção da estrada de Ferro em 1870 e mais tarde com a BR-116, tendo também vários ciclos importantes, como o da extração da Mica (muito importante para a fabricação de armamento bélico –

² Informações extraídas do Documentário: *Os Pioneiros* – Uma produção da ONG Cidade Futura, juntamente com palestras ministradas pelo Pr. Aruf Salmem e pelo historiador Jaime Luís Rodrigues.

éramos um dos maiores produtores mundiais), o do ouro, além dos ciclos do café, da madeira e, por fim, do gado. A cidade viveu longo período de disputa pela posse da terra, o que incluiu sangrentas batalhas. Assim, apesar dos recursos e do potencial tecnológico, não houve um projeto coletivo de desenvolvimento. Ainda hoje alguns desses grupos poderosos exercem muita influência na cidade.

Esse breve panorama histórico buscou contextualizar a cidade de Governador Valadares e apontar para a necessidade de desenvolver projetos que fortaleçam os arranjos coletivos e que possibilitem ampliar a confiança da população nas instituições públicas.

Neste texto apresentaremos as ações desenvolvidas no PrEsp e as práticas que desenvolvemos no cotidiano de trabalho no Núcleo de Prevenção da Criminalidade em Governador Valadares.

O Núcleo de Prevenção à Criminalidade

O estado de Minas Gerais, nas gestões compreendidas entre 2002 e 2006 e 2007 e 2010, estabeleceu como uma de suas metas a redução da criminalidade no estado por meio da implantação de políticas públicas de prevenção.

Para a coordenação dessas políticas de prevenção, foi escolhida a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), que implementou e fomentou a Superintendência de Prevenção a Criminalidade (Spec).

Essa superintendência é responsável pela gestão, implementação, articulação e coordenação dessa política. Isso se realiza por meio dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPCs). Os núcleos foram implantados mediante convênio entre estado e municípios. Priorizaram-se municípios que apresentam altos índices de criminalidade ou violência. Hoje, no estado de Minas Gerais, tem-se 33 NPCs, distribuídos na capital, na região metropolitana e em 11 municípios.

Em Governador Valadares, o núcleo foi implantado em janeiro de 2006, em uma casa na região central da cidade, o que facilitou o acesso para seus usuários. Lá funcionam os seguintes programas:

Ceapa – Central de Apoio a Aplicação de Penas Alternativas – é um programa de atendimento aos usuários que cometeram delitos de baixo potencial ofensivo e são encaminhados pelo Juizado

Especial para prestação de serviço à comunidade como forma de pagamento da pena.

PrEsp – Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional – usuários encaminhados pela Vara de Execução Criminal e da Justiça Federal para cumprimento do restante do total da pena imputada ao egresso.

Em um bairro da periferia funciona uma extensão do núcleo com os seguintes programas:

Fica Vivo – Atendimento a jovens de 12 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, por meio de oficinas (dança, grafite, sexualidade, artesanato, pintura, capoeira e outras), tardes de lazer, cinema e outras atividades.

Mediação de Conflitos – Pessoas buscam atendimento de forma voluntária, na tentativa de solucionar problemas e mediar conflitos familiares, pensão alimentícia, aposentadoria, direitos diversos, antes de chegar à esfera judicial ou criminal, por meio de mediação pacífica entre as partes envolvidas.

Os programas do Núcleo têm uma equipe formada por: gestor (1), técnicos sociais nas áreas de Psicologia (1), Direito (1) e Serviço Social (1), com respectivos estagiários, auxiliares administrativos (2), motorista (1), vigias (2) e responsáveis pelos serviços gerais (2). O estado contratou uma organização da sociedade civil, o Instituto ELO, como prestadora de serviços para gerenciar os Núcleos de Prevenção do Estado no que se refere a:

- contratação do gestor, técnicos sociais e estagiários por meio de processos seletivos;
- pagamento de salários;
- supervisão metodológica dos programas;
- capacitações trimestrais dos técnicos sociais;
- Estabelecimento de metas.

Assim, as ações descritas neste relato são desenvolvidas em parceria pelo Instituto ELO e o estado de Minas Gerais, que financia os projetos.

O Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp)

O programa tem como um de seus objetivos promover a reintegração social do egresso do sistema prisional, mediante políticas públicas e sociais que possam garantir e ampliar os direitos que estão dispostos na Lei de Execuções Penais (LEP), nº 7.210/84, que visa a criar perspectivas favoráveis para o rompimento do ciclo de violência em que os egressos se encontram, em sua maioria, inseridos, diminuindo assim a reincidência criminal. Dessa forma, as ações do núcleo visam a fomentar no egresso novas formas de ver a si e aos outros, buscando auxiliá-los no desenvolvimento de uma visão crítica sobre suas ações e sobre o modo como elas repercutem no coletivo e no cotidiano de sua vida.

São atendidos pelo programa egressos que receberam livramento condicional ou que estão em regime aberto, prisão domiciliar ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), da Vara de Execução Criminal e da Justiça Federal. Ao sair do sistema prisional, os usuários do programa recebem a sua ata de audiência,

na qual são informados da obrigatoriedade de comparecer ao núcleo para atendimento psicossocial.

O formato atual do Programa foi desenhado pela equipe multiprofissional e negociado com o juiz. Isso porque, quando o programa foi iniciado, em 2006, o juiz aplicava, como forma de cumprimento para o restante da pena em regime aberto, a prisão domiciliar (em nossa cidade não há albergue) e a PSC (sete horas de trabalho por semana, em instituição indicada pelo núcleo e em acordo com o usuário). Na época o papel do núcleo era o atendimento psicossocial e o monitoramento em relação ao cumprimento de pena, para prestar informação ao Judiciário. Após um ano e meio de trabalho, a equipe concluiu que a prática da PSC não causava transformações efetivas na vida dos egressos e o índice de reincidência era alto. A partir de julho de 2007, em conversa com o juiz da Vara de Execução Criminal, propôs-se novo formato: em troca da PSC, os egressos teriam de participar de cursos profissionalizantes oferecidos pelo núcleo ou de oficinas temáticas, mensalmente, com temas relacionados aos direitos humanos. Esse novo formato originou o projeto *Somos Atores de Nossa História*, que está sendo aplicado e obtendo ótimos resultados.

Os objetivos específicos do programa PrEsp:

- Trabalhar temáticas sobre os Direitos Humanos;
- Esclarecer os egressos do sistema prisional sobre seus direitos e deveres;
- Discutir suas vulnerabilidades sociais e o que disso decorre em suas vidas;
- Buscar entre os usuários entendimento sobre as causas e as consequências de seu ingresso na criminalidade;
- Traçar com os usuários um pacto em prol de uma cultura de paz;
- Fomentar formas de crescimento educacional, profissional e social;
- Trabalhar as questões familiares;
- Trabalhar questões relacionadas a afetividade;
- Promover ações de inclusão como a busca por documentação, emprego, encaminhamento para a escola, participação em audiência pública do município, facilitar a participação em eventos culturais;

- Executar projetos, principalmente no que se refere à qualificação profissional.

O trabalho dentro do programa é realizado em equipe multidisciplinar, com o envolvimento das áreas de Psicologia, Direito e Serviço Social em todas as etapas de atendimento aos usuários, estendendo-se desde o acolhimento inicial até o cumprimento da pena, passando por relatórios para o Juizado, encaminhamento para documentação, visita domiciliar e assinatura do livro da condicional. Essa integração da equipe é de suma importância para obtenção de uma leitura ampliada das necessidades do usuário, o que facilita a formulação de um plano individualizado, que é traçado com cada usuário e focaliza o desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Atualmente o programa atende 600 usuários. A seguir apresentaremos uma breve descrição do percurso dos usuários dentro do programa e do projeto: Somos atores de nossa história.

Primeiro atendimento

Ao chegar ao núcleo, o egresso é atendido por um(a) dos(as) técnicos(as) sociais, e é construído com ele seu histórico de vida, com o traçado de suas vulnerabilidades sociais, a família, o grau de escolaridade e o trabalho, na perspectiva de um laço com esse sujeito em prol de uma cultura de paz. Esse atendimento pode ser realizado por profissionais da Psicologia, do Serviço Social ou do Direito. Em geral, nesse momento os técnicos do programa buscam entender o contexto em que cada um dos usuários estava inserido ao cometer o delito, bem como as circunstâncias familiares atuais e suas expectativas para depois que deixar o sistema prisional. A partir dessa compreensão, e em diálogo com o usuário, buscamos encontrar formas de romper com o ciclo de violência³. Depois do atendimento inicial, informamos a data em que será realizado o módulo de contrato social, com todos os usuários do mês de referência.

Módulo de Contrato Social

³ O tipo de usuário mais recorrente no programa são os usuários de droga, cujos delitos cometidos geralmente estão relacionados à dependência química. O atendimento psicológico da família desse usuário é de suma importância na tentativa de buscar soluções efetivas, responsabilização e comprometimento entre o usuário, a família e o programa para alcançar redução de danos ou internação ou acompanhamento pelo Caps AD.

A psicóloga e o estagiário de Direito são os responsáveis por realizar o chamado módulo de contrato social. Trata-se de um encontro com os usuários do programa, em que é explicado o funcionamento do Núcleo, as determinações jurídicas a ser cumpridas e o papel do Núcleo no cumprimento da pena. É feito com os usuários um contrato de participação nas oficinas temáticas, sendo esclarecido, também, que eles têm o direito de escolher entre participar das atividades do núcleo ou cumprir o restante da pena por meio de PSC. A grande maioria escolhe participar das atividades do núcleo. Neste momento é realizada também uma discussão política e social do contexto e trajetórias culturais que em parte explicam e determinaram seu aprisionamento. Ou seja, busca-se discutir e problematizar os diferentes fatores presentes na história dos egressos, como a condição socioeconômica, a raça, a escolaridade, a localização de suas moradias, à margem da BR-116, as oportunidades que tiveram ao longo de sua história. Além disso, faz-se uma reflexão sobre o capitalismo, a sociedade de consumo e o TER sendo cada vez mais instigado, sobrepondo-se ao SER, ou seja, sobre a ideia de que só se É ALGUÉM quando se TEM algo. A

reflexão aborda, também, o que fazemos no cotidiano para TER algo e, assim, obter a breve ilusão de ser alguém. Buscamos facilitar o espaço para que todos os participantes possam falar e expressar suas dúvidas, implicações e considerações, especialmente em relação ao contrato. Deste modo, temos garantido que os participantes assumam seu papel no cumprimento do contrato e compreendam a importância de refletir sobre as suas trajetórias e os fatores que os levaram para a criminalidade.

O Projeto Somos Atores de Nossa História

A equipe identificou que somente o monitoramento das ações em PSC não surtia muito efeito no cotidiano dos sujeitos egressos do sistema prisional e que as atividades desenvolvidas, na maioria das vezes, não criavam possibilidades de reflexão e de crescimento para eles. A partir de então começamos a pensar como nossas competências técnicas poderiam levar-nos a contribuir para o processo de reinserção dos egressos, daí surgiu a ideia de realizar oficinas nas quais poderíamos trabalhar temáticas que facilitaríamos uma releitura das trajetórias e que poderiam auxiliá-los a encontrar

novas perspectivas de futuro. Assim decidimos que realizaríamos uma oficina temática por mês, com duração média de 2 horas, e que as discussões incluiriam os seguintes temas: cidadania, afetividade, violência doméstica, questões de gênero, questão racial, atividade cultural (2 vezes por ano), questões referentes a formas de aquisição de trabalho, direitos humanos e finalização. As oficinas são coordenadas pela equipe técnica e são realizadas mensalmente. Durante todo o tempo vamos problematizando e questionando sobre como cada um entende a questão trabalhada. Trata-se de um processo dialógico no qual os temas vão sendo discutidos, e não de aulas ou palestras ministradas pela equipe. Por exemplo, em uma discussão sobre afeto e relacionamento conjugal, um dos usuários relatou que “mulher quando começa a brigar demais, pegar no pé, tá na hora de trocar e buscar outra, e aí fica bom por um tempo, depois troca de novo”. Perguntei então para o grupo o que mais atrapalhava a vida conjugal para eles. A resposta foi unânime: “O dia a dia, a rotina traz a monotonia e faz perder a graça do casamento”. Então, lancei a pergunta: “E quem faz a monotonia acontecer?” Aí vi ao meu redor vários homens se entreolhando meio desconcertados, até que um usuário começou a rir e disse que “a monotonia é feita pelos

dois, pois estão os dois casados”, o que ocasionou boas risadas e uma discussão bacana sobre a vida conjugal.

É importante ressaltar que os temas seguem uma sequência lógica, pois, quando os usuários chegam ao núcleo, trazem consigo uma história marcada por violações dos direitos, ou seja, vários de seus direitos foram violados, e eles violaram os direitos de outras pessoas também, por isso inicia-se com o tema Cidadania.

O tema trabalhado por mim nas oficinas é a Afetividade, para fomentar a discussão e a reflexão, utilizo múltiplos recursos, como desenhos, dinâmicas de grupo e também busco trabalhar com o significado da palavra AFETO = ATO DE AFETAR. O objetivo de trabalhar com o tema afeto é possibilitar aos participantes reconstruir algo do sentimento/sentir, que muitos não reconhecem mais como tendo. São muitas histórias relatadas nos desenhos e nas palavras escritas cujos conteúdos são relativos a abandono, carinho, toque, trocas afetivas, amor, vida conjugal, relação com os filhos e com os pais. É um momento de tentar resgatar um pouco dessa história vivida, de que eles são os protagonistas e, portanto, possibilitar-lhes a leitura de que podem reescrever essa história. É de suma

importância marcar que, apesar de os temas das oficinas serem escolhidos pelos técnicos, em sua execução é sempre buscado o que eles têm a dizer sobre o tema proposto, e pontuações são feitas a partir do que é “dito” por eles, aproximando o sujeito do seu discurso e da vida.

Ocorrem 12 oficinas por ano e o egresso que está cumprindo pena em regime aberto deve participar delas durante um ano. A adesão é considerada muito boa, na visão da equipe técnica e, de acordo com os técnicos do Judiciário, após a implantação desse modelo, aumentaram os índices de cumprimento das penas e diminuiu a reentrada no sistema prisional. A avaliação dos usuários sobre as oficinas também é positiva. Há usuários que, mesmo já tendo terminado de cumprir a pena ou já tendo recebido o benefício do livramento condicional, continuam vindo regularmente, para participar das oficinas mensais ou apenas para visitar-nos e contar de suas experiências.

O livro de regime aberto no núcleo

Ao final da participação nas 12 oficinas, o usuário que ainda não tiver cumprido o total de sua pena terá o direito de efetivar o cumprimento indo uma vez por mês ao núcleo assinar o livro do Regime Aberto. O juiz entendeu que, se o usuário, durante um ano, cumpriu sua pena de forma correta, é porque está recolocado na sociedade e, portanto, não há a necessidade de ele acabar de cumprir a pena em PSC, podendo somente comparecer ao núcleo para assinar o livro.

Cursos Profissionalizantes

São muitas as dificuldades para realizar cursos profissionalizantes, devido à falta de uma rede mais organizada e por se tratar de um público que em sua maioria não tem documentação, tem baixa escolaridade e não tem recursos financeiros para o transporte. Porém, o núcleo está sempre buscando realizar convênios para possibilitar o oferecimento de cursos para os usuários.

No ano de 2008, conseguimos realizar os cursos de introdução à informática e de cabeleireiro. Para selecionar os participantes, foram realizadas várias reuniões, a fim de garantir

maior comprometimento na utilização das vagas e, também, para que os usuários pudessem entender e realmente realizar uma escolha, comparecendo ao treinamento não somente por ser de “graça”. A turma de informática iniciou com quinze alunos, dos quais onze concluíram o curso. A turma de cabeleireiros começou com quinze alunos – sete finalizaram o curso. Foi feito um acordo com a instituição que ofereceu os cursos e eles adaptaram o modelo de ensino às necessidades dos usuários do PrEsp, já que a maioria tem baixa escolaridade. As técnicas sociais acompanharam todo o período dos cursos, estando bem próximas dos usuários, incentivando-os e, inclusive, servindo de modelos para o curso de cabeleireiro. Ao final, houve uma formatura, na qual foram entregues os certificados – com direito a muita comemoração.

A participação nos cursos profissionalizantes é voluntária, mas os usuários participantes eram dispensados de comparecer às oficinas temáticas durante o período de duração dos cursos profissionalizantes.

Há também a rede para capacitação profissional, sendo a maioria dos cursos viabilizada por meio de projetos pagos pelo estado, como os do Sest-Senat, e/ou gratuitos, utilizando-se verbas

do município, do estado e do governo federal. A parceria institucional com o Senai propicia o encaminhamento de egressos para os cursos disponíveis na referida instituição, sendo uma grande porta de entrada para o mercado de trabalho. Em janeiro de 2010, alguns usuários serão encaminhados para um curso na área da construção civil.

Outras atividades desenvolvidas pelo PrEsp:

Visitas domiciliares

São importante instrumental de trabalho, pois possibilitam estabelecer contato mais próximo com a realidade dos usuários. O ato de irmos até eles provoca-lhes um sentimento de “cuidado”, o que faz toda a diferença. Eles, que são sempre procurados para ser punidos, para cumprir mandato de busca, passam então a ser procurados para que saibamos como estão, quem são os integrantes da família, como vivem e quais as dificuldades e as possibilidades

que existem naquela casa. Quando vou às visitas, busco intervir com os familiares de modo a buscar sua cooperação para o trabalho e a mostrar-lhes que têm importante papel no processo de ressocialização do egresso. A visita é realizada quando o usuário ou o familiar a solicita e quando a equipe técnica percebe sua necessidade, após algum tipo de intervenção realizada no núcleo.

Projeto de atendimento ao pré-egresso

Em janeiro de 2007 iniciou-se um projeto na Penitenciária, com os pré-egressos (apenados que estão na iminência de sair do sistema prisional em um prazo de seis meses a um ano). Esse trabalho é mensal e tem obtido bom retorno, com os apenados visitando o núcleo em suas saídas temporárias (direito que o apenado tem de sair cinco vezes ao ano, para passar sete dias em casa, antes de sua soltura). Nessas idas ao núcleo, eles já têm atendimento e já reconhecem o núcleo como um local de promoção da cidadania, com direitos e deveres. Nessas visitas, o técnico acolhe o pré-egresso, mostrando o núcleo e relatando um pouco sobre o nosso trabalho. As famílias também passam a visitar o núcleo e muitas vezes vão em

busca de orientações, tornando-se referência para o egresso e sua família. Essas visitas possibilitam-lhes começar a visualizar que em breve estarão em liberdade e que as atividades realizadas buscaram ajudá-los no processo de reintegração. Em geral fazem perguntas e saem do núcleo animados com a possibilidade de mudança do regime.

Encaminhamentos para a rede

Os usuários são encaminhados, quando necessário, para a rede de proteção social, para retirada de documentação, atendimento médico, escola, tratamento para dependência química, entre outros. Esses encaminhamentos são realizados a partir de demanda dos usuários e em sua maioria têm o acompanhamento do núcleo.

Parcerias

Vale lembrar que todo este trabalho tem sido possível graças às parcerias que temos conseguido. Nesse sentido, é importante ressaltar que o Poder Judiciário é um grande parceiro do programa e atua juntamente com o núcleo, sendo imprescindível para a efetividade do trabalho. O juiz e a promotora de nossa comarca sempre estão presentes para discutir com a equipe a melhor forma para a aplicação da metodologia, da informação dos descumprimentos, dos casos especiais, e, principalmente, apoiam as atividades desenvolvidas dentro do projeto. Algumas empresas da cidade também têm sido ótimas parceiras, como uma empresa privada que nos cede quatro conjuntos de fotos por mês, para a retirada de documentos. Outro exemplo é a parceria com o Sest/Senat – que realiza cursos a custo mais baixo e que se dispôs a modificar a forma de trabalho para que nossos usuários pudessem ter mais acesso. O Senai é um parceiro institucional do qual o estado comprou vagas para atender os usuários do programa PrEsp. O Conselho de Segurança Pública (Consep) fornece verba mensal para a retirada dos documentos, além de apoiar nossas iniciativas e projetos. Temos também o apoio de alguns vereadores na cidade para a implantação da Lei de Isenção Fiscal, que beneficia

empresários que empregarem egressos do sistema prisional (foi realizada audiência pública no dia 8 de setembro para tratar do tema, com a presença de mais de 70 egressos do sistema prisional).

Os impactos do programa

O maior público do programa é constituído por egressos envolvidos no tráfico ou que cometeram delitos para consumo/pagamento de drogas. Em média 15 egressos novos são atendidos por mês. Atualmente há 600 egressos cadastrados no PrEsp, a maioria são jovens do sexo masculino, com idade entre 20 e 30 anos. Apesar de não ter dados estatísticos oficiais, tanto a equipe como o juiz reconhecem que os resultados têm sido muito bons e que a participação no projeto *Somos Atores de Nossa História* tem possibilitado a muitos egressos uma transformação significativa nos modos de ver e de falar de suas histórias e também nas suas relações com a sociedade. Nesse sentido é notória, no cotidiano da execução do trabalho, redução significativa no número de descumprimentos de penas oficiados ao Judiciário, bem como é notória maior implicação dos sujeitos no processo de liberdade por meio da conquista de sua cidadania. Mediante as discussões realizadas nas oficinas, os

membros da equipe reconhecem que desde o início do projeto houve significativa diminuição do número de reincidência criminal e aumento do capital social desses sujeitos.

O trabalho tem sido reconhecido e inserido nos debates e nas ações de combate à violência, no município de Governador Valadares e no estado de Minas Gerais. O projeto *Somos Atores de Nossa História* recebeu o prêmio *Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social* na categoria de Direitos Humanos, em dezembro de 2008, pelo estado de Minas Gerais. Além dos bons resultados apresentados pelas oficinas temáticas, o projeto *Somos Atores de Nossa História* tornou-se pioneiro e modelo para a política de prevenção em Minas Gerais, sendo sempre destacado e solicitado como modelo para a atuação dos demais núcleos do estado.

Considerações finais

O trabalho da psicóloga no PrEsp ocorre nas diferentes atividades desenvolvidas, como foi possível observar no relato acima. O atendimento e o acompanhamento individual são realizados somente em casos especiais e de forma breve, até que se

possa realizar o encaminhamento para a rede. O atendimento a familiares, principalmente às mães, é muito solicitado, sobretudo nos casos de dependência química, no quais se nota dificuldade muito grande das mães em lidar com a corresponsabilidade no tratamento dos filhos. Percebe-se nesses casos a dificuldade das mães na colocação de limites aos filhos – elas se referem aos filhos como “menino bom” e boicotam as intervenções que não sejam a internação. A visita domiciliar é outro instrumental muito utilizado e a psicóloga acompanha os casos mais graves por meio de visitas, colocando a família como importante no processo de ressocialização, tendo bom retorno dos usuários. Vale lembrar que o projeto *Somos Atores de Nossa História* foi escrito pela psicóloga e pela assistente social e que a psicóloga e a estagiária têm papel ativo nos diferentes momentos deste projeto. Quando necessário, a psicóloga realiza relatório psicossocial para o Judiciário, com o intuito de solicitar algum tipo de benefício para o usuário, como sua liberação para internação para o tratamento de dependência química.

É importante ressaltar que todos os trabalhos desenvolvidos dentro do PrEsp são realizados por uma equipe técnica

multidisciplinar, que tem como principal característica compartilhar um conjunto de forças, pensamentos, ideologias e vontade de que as coisas aconteçam por meio de um olhar mais próximo e individualizado para o sujeito egresso. E, ainda, que é possível apostar no ser humano, criar novos modos de atendimento e possibilitar que estes criem novas histórias.

Contatos: gicaassis@hotmail.com;

npcgv@hotmail.com

Rua Prudente de Moraes 79 centro
Cep : 35000-100 - Governador Valadares - MG